

O CONCÍLIO VATICANO II VISTO POR UM DIPLOMATA

HENRIQUE DE SOUZA GOMES

Neste primeiro ano pós-conciliar, SINTESE registra as reflexões de um observador leigo qualificado, sobre o grande evento. O Vaticano II não foi uma espécie de OTAN eclesialístico, tendente a mobilizar as forças católicas, contra um perigo externo. Assembléia da Igreja, o Concílio procurou, com sinceridade, caridade e humildade, pensar os problemas da Igreja, no sentido de contribuir para que Ela cada vez corresponda mais a sua missão de continuadora do Cristo, no mundo de hoje, para abri-la ao diálogo ecumênico e para reafirmar, diante de todos os povos, seu inabalável propósito de ser a mediadora da paz.

NOS tempos modernos em que, por força das facilidades das intercomunicações, o mundo tende para um monismo integral e os povos caminham para um interconhecimento mais perfeito, abatidas as barreiras dos preconceitos, um Concílio Ecumênico não poderia deixar de atrair o interesse de todos os homens, pertençam eles à Igreja Católica, às várias igrejas de Cristo, a religiões moneteístas ou ainda a outras. Ousaria até avançar que ao Concílio Ecumênico Vaticano II não foram indiferentes nem mesmo aquêles que, muito embora adeptos do materialismo ateu, reconhecem na Igreja Católica uma força moral disciplinadora.

Conquanto os Bispos participantes representem os fiéis das respectivas dioceses, é certo que um Concílio Ecumênico não é um parlamento da Igreja no sentido de reunião de representantes eleitos pelo povo, como também não é uma assembléia internacional, pois os seus componentes, no momento em que entram no Concílio, deixam automaticamente de pertencer a uma Nação ou grupo étnico, para ingressar no serviço de Deus e da sua Igreja. Assembléia da Igreja, que por sua própria natureza transcende das contingências humanas e terrenas, o Concílio só é convocado quando um período de reflexão, de afirmação ou de estímulo o justifique. Constitui, no dizer do Cardeal TARDINI, de venerada memória, "um acontecimento no interior da Igreja, com incidências *externas*, mas cuja *essência* não diz respeito senão à Igreja, à Hierarquia, ao clero e aos fiéis".

Já na Encíclica *Ad Petri Cathedram* JOÃO XXIII havia declarado que "a finalidade principal do Concílio é promover o desenvolvimento da fé católica, a renovação da vida cristã dos fiéis e a adaptação da disciplina eclesiástica às condições de nosso tempo. Será um espetáculo admirável de verdade, de unidade e de caridade, cuja vista será um convite suave a buscar a Unidade àqueles que se encontram separados desta Sé Apostólica". A palavra do Papa fixa exatamente a Hierarquia dos problemas que viriam a ser debatidos.

Se, por um lado, não se deve apresentar o Concílio como uma máquina de guerra, uma espécie de OTAN religiosa, como lhe chamou a Academia Soviética de Ciências, erro fundamental seria também pressupor que o receio dos perigos que a ameaçam teria levado a Igreja a convocar tão magna assembléia. O Concílio Ecumênico Vaticano II não foi convocado nem dirigido contra alguma coisa nem contra alguém. A Igreja não se reuniu para atacar adversários nem para assegurar a própria defesa e, muito menos, para lançar uma campanha contra qualquer perigo. Tomou, sem dúvida, consciência de todos os problemas que a ela se apresentam nesta época turbada em que vivemos, e se esforçou por encontrar soluções adequadas tanto à men-

sagem de que é depositária quanto aos seus legítimos interesses e ao bem-comum dos povos. E por dever fazer uma triagem entre os problemas, segundo a importância de cada um, é que o Concílio Ecumênico Vaticano II confirmou a previsão do Cardeal TARDINI de vir a ser "mais pastoral que dogmático".

Não foi por estar em crise que a Igreja acaba de se reunir, mas tão-somente por se haver impôsto a árdua tarefa de tratar dos problemas que afligem a sociedade em que vive e a que está forçosamente ligada. O Mundo, a Sociedade é que estão em crise, e a Igreja, corpo místico de Cristo, não pôde ignorar essa crise, essa angústia, gerada da evolução demasiado rápida processada no campo das idéias e da vida prática, do humanismo ateu, da nova realidade internacional e de muitos outros fatores. Para encontrar resposta a êsse estado de insatisfação humana é que, renovada, atualizada, ampliada pela inspiração, a que se poderia chamar divina, de JOÃO XXIII, a Igreja abriu as portas, os braços e o coração para um colóquio com o Mundo. Fato nôvo, na verdade, êsse encontro entre a Igreja e o Mundo. O colóquio, sem restrições nem limitações, partiu, de uma parte, de uma consciência, de um conhecimento mais objetivo do Mundo em relação à realidade da Igreja e, de parte desta, de um espírito amplo de confiança e de fé visando a uma colaboração íntima com homens e povos de tôdas as crenças, com o fim de não só restabelecer os valores humanos, como resolver os problemas humanos à luz da Mensagem divina.

E assim, dentro dêsse espírito de confiança e de fé, a 11 de outubro de 1962, na Basílica de São Pedro, abriu-se o Concílio Ecumênico Vaticano II sob o signo da esperança de um Mundo melhor. Espetáculo grandioso e emocionante êsse, de uma Roma, tantas vêzes tomada por tropas sacrílegas, deixar-se agora invadir, piedosa e pacificamente, por uma multidão de Bispos, Patriarcas e fiéis de todos os Continentes. A impressionante cerimônia da abertura do Concílio na Basílica era uma prova da fôrça gigantesca com que, através dos séculos, a História marcou a Igreja em marcha, agora, mais que nunca, demonstra a decisão de se pôr

em movimento, de avançar, de se expandir para o Mundo com serenidade e coragem.

Sem pretender levantar recriminações, sem lançar anátemas, sem processos históricos, começou um Concílio marcado pela sinceridade e pela caridade — caridade para com todos, mas especialmente para com os irmãos separados que, como escreveu JOÃO XXIII na Encíclica *Ad Petri Cathedram*, queiram ou não, são nossos irmãos e só deixarão de o ser quando não mais disserem “Padre Nosso”.

A morte do Papa JOÃO XXIII, em junho de 1963, suscitou por uns dias o receio de que o impulso que Ele tinha dado ao Concílio corresse o risco de se interromper, por lhe vir a faltar continuador. Mas, logo após a eleição, seu sucessor não só manifestou a intenção de continuar a tarefa nas mesmas diretrizes, como confirmou, por atos e documentos, estar decidido a prosseguir e a prestigiar o Concílio. Seu discurso inaugural da Segunda Sessão vale como uma Encíclica e é tanto um programa do Pontificado quanto um esboço do andamento do Concílio. Sem pretender comparar os dois Papas — o que seria além de vão, pretensioso — não posso, entretanto, deixar de reconhecer certa complementariedade entre Eles. Se JOÃO XXIII deu o impulso inicial, se imprimiu à Igreja Católica um movimento que a lançou, de maneira profética, numa vastíssima obra de renovação interna, abrindo-a, ao mesmo tempo, ao diálogo com os cristãos não-católicos, os não-cristãos e a uma nova dimensão da sua missão no Mundo, é forçoso reconhecer que PAULO VI, deu prosseguimento à imensa tarefa de maneira mais sistemática e racional, com um reflexo teológico mais profundo e uma visão exata, clara, dos meios de que a Igreja dispõe e das dificuldades que terá de afrontar.

Se os Concílios anteriores podem ser julgados com o recuo do tempo e sua história pode ser escrita com base em documentos frios, o mesmo não sucede por enquanto com o Vaticano II, de que somos contemporâneos e testemunhas, por assim dizer, oculares. Por não usufruirmos ainda do benefício da serenidade, que só a perspectiva histórica pode dar, para sua apreciação, temos de nos limitar a obser-

vações, provas e comentários parciais e provisórios capazes de vir talvez um dia a servir à história dêste Concílio. Mas incomparável privilégio é viver em sua realidade e complexidade vivas.

Sem quebrar a continuidade histórica com todos os Concílios, o Vaticano II traz em si tal soma de possibilidades e de marcas características que, mesmo interpretadas de modo diverso, permitem desde já uma apreciação de seus aspectos, por assim dizer, marcantes, existenciais, que o historiador do futuro terá dificuldade em reconstruir. E, por outro lado, ao observador contemporâneo escapará o julgamento a ser feito mais tarde, no critério de uma triagem entre os elementos válidos, decisivos, e aqueles passados a segundo plano numa escala de valôres.

Contudo, e levando-se em consideração essa perspectiva, pode-se desde já esboçar os traços mestres que farão com que o Concílio passe à posteridade como acontecimento histórico sem precedentes.

Primeiro Concílio Ecumênico convocado por iniciativa de um Papa depois de promulgado o dogma da infalibilidade, o Vaticano II decepcionou os que, por uma falsa interpretação, pretendiam que êsse dogma conferisse ao Papa um poder tal que o dispensasse do Concílio. É bem possível que perante a História JOÃO XXIII permaneça como o único responsável por essa iniciativa, partisse ela de uma inspiração divina ou apenas de percepção clara das necessidades e expectativas de uma época. De qualquer forma, a Ele cabem o mérito e a responsabilidade de haver imprimido ao Concílio a marca da renovação interna da Igreja e da busca da união dos cristãos.

Outro aspecto do Concílio é o de ter sido ainda o primeiro a reunir a quase totalidade do Episcopado católico, isto é, dos Bispos do mundo inteiro, e de haver apresentado numa assembléia a imagem completa do catolicismo, na sua diversidade tanto étnica e geográfica quanto espiritual e teológica. Experiência humana sem precedentes, vivida entre os Bispos e através dos Bispos, o Concílio foi um campo comum de possibilidades imprevisíveis, das quais a menor não foi, sem dúvida, a de que o Episcopado, exercido

de ordinário de uma forma dispersa e, como princípio de govêrno, reduzido a uma noção um tanto abstrata, passasse a tomar corpo e se encarnasse numa assembléia consciente da sua autoridade e da sua responsabilidade pastoral e doutrinária.

Traço característico do Concílio, aquêle que lhe imprimirá o caráter de marco na história da Igreja, é, contudo, a mudança de atitude, mas não de doutrina, em relação aos "irmãos separados", e a maneira de compreender a volta à unidade. A nova linha de pesquisa e de entendimento não admite, é claro, o afastamento da concepção romana de unidade, que é inseparável do primado de Pedro na cátedra de Roma, intérprete e garantia da catolicidade da Igreja; mas, mesmo dentro dessa concepção romana, o Concílio introduziu certo número de elementos teológicos que, no correr dos séculos, tinham sido como que afastados ou mesmo eliminados pelo imobilismo da instituição jurídica. E, assim, permitiu que se desenhasse um esforço para separar a noção teológica de catolicidade da noção jurídica de catolicismo, inerente à romanidade. Foi êsse traço do Concílio que permitiu o maravilhoso movimento do diálogo ecumênico, fator decisivo de união da humanidade, a extravasar do plano espiritual e religioso para o campo temporal internacional.

De parte dos católicos, o movimento do diálogo ecumênico se concretizou durante o Concílio Vaticano II, mas, como todos os grandes verdadeiros impulsos da História da Humanidade, não foi senão a eclosão e a resultante de uma aspiração que se vinha formando de uma parte e de outra, para entendimento entre a Igreja Católica e as várias igrejas cristãs.

Mas que longo caminho o percorrido pelo pensamento cristão desde meados do século passado, quando o termo "ecumenismo" nem mesmo tinha o sentido que hoje se lhe atribui! Que longa distância entre os anos de 1864 e 1865, em que a publicação de duas cartas pelas quais o Santo Ofício vedava aos católicos participarem da Associação para a Unidade para a Cristandade, por motivos de ordem dog-

mática, até a criação, em 1960, por iniciativa de JOÃO XXIII, do Secretariado para a Unidade dos Cristãos!

Pode-se considerar a Encíclica *Praeclara gratulationis*, de LEÃO XIII (1894), como o ponto de partida de nova era na história das relações entre a Igreja e as várias confissões cristãs. No ano seguinte (1895), na Carta *Ad Anglos* o mesmo Papa alude aos "espíritos tão bem dispostos" e, pouco depois, noutra Carta dirigida à Hierarquia da América do Norte, se refere "àqueles que estão mais separados de nós pelo nascimento do que pela própria vontade". No pontificado seguinte, PIO X, em 1911 dirigindo-se aos Bispos do Canadá, manifesta a opinião de que grande parte dos canadenses são de boa-fé".

Dessas citações se pode deduzir que, já naquela época, os Papas estavam pessoalmente convencidos de que a massa dos protestantes contemporâneos deveriam ser considerados separados da Igreja sem que isso, contudo, implicasse reconhecimento de culpa por parte deles.

São talvez êsses os raros documentos pontifícios da época em que se pode perceber um gesto de boa vontade a favor dos cristãos separados, mas a verdade histórica manda reconhecer que, concomitantemente, outro índice favorável figura nesses documentos: a constância com que êsses cristãos são chamados "frater dissidentes".

Em 1919, BENTO XV, no documento *In hac tanta*, dizia que "de nada vale recordar a triste história das antigas discórdias e que melhor seria apagá-las com as nossas lágrimas e, se possível, eliminá-las num perpétuo esquecimento". Mas foi preciso atingir época recente para que a Santa Sé, em documentos oficiais, reconhecesse, de um lado, os prejuízos causados à Igreja Católica pela divisão dos cristãos e, de outro, os benefícios que todo o Corpo Místico poderia obter da reconciliação. Os Papas PIO XI e PIO XII são bastante positivos a respeito. "Da plena e perfeita missão dos cristãos não pode senão decorrer grande expansão para o Corpo Místico de JESUS CRISTO e para cada um dos seus membros", escrevia PIO XII em 1946.

Do lado dos irmãos separados é forçoso reconhecer que já antes havia germinado a idéia de que todos, indistinta-

mente, devem anunciar o Cristo. A essa aspiração, hoje chamada "ecumênica", correspondem as tentativas dos anglicanos de se aproximar de Roma, das quais a mais concreta e profícua foi a do pastor anglicano WATTSON que, antes de se converter ao catolicismo, iniciou a oitava de orações para a unidade dos cristãos, mais tarde adotada e recomendada pela Igreja Católica.

O movimento de aproximação entre anglicanos e católicos tomou outro caráter a partir de 1910 sob o impulso das missões protestantes, através das experiências da "Life and Work" e da "Faith and Order" para se difundir no Conselho Ecumênico das Igrejas. Em seguida, em consequência da Revolução russa que dispersou no mundo emigrados ortodoxos, tentativas de aproximação e entendimentos se tornaram freqüentes entre ortodoxos e católicos.

Do que precede, cabe a observação de que em tôdas as épocas, mesmo logo após a separação do Oriente no século XI e a dos protestantes no século XVI, um número limitado de cristãos compreendeu que ser cristão é pertencer ao Cristo, que é um só para todos e que, portanto, o fato de viverem separados uns dos outros, como a confessar Cristos diferentes, só deveria ser motivo de sofrimento para êles. Mas se iniciativas individuais havia, as Igrejas não cessavam de se combater, de se considerar inimigas umas das outras, enquanto permanecia a impressão de que o mundo — o conhecido — era cristão, e não foi senão no século XX, com o advento das intercomunicações e do melhor conhecimento dos povos, que se passou a perceber que os cristãos não formam senão um têrço da humanidade, da qual os católicos são um sexto e que, portanto, se todos desejam, em princípio, anunciar o Cristo, devem começar por fazê-lo cada qual a seu modo, como possa. O essencial é converter o mundo ao Cristo: as modalidades e as minúcias serão discutidas com o tempo. E, assim, a idéia ecumênica, como um filete de água que se transforma em rio caudaloso, aumenta, toma corpo e volume até chegar, por inspiração divina, a JOÃO XXIII, ao Concílio Vaticano II, a PAULO VI e ao Cardeal BEA, ao esquema da Igreja e o mundo moderno, ao diálogo com os cristãos não-católicos, ao diálogo com as outras con-

fissões religiosas, até mesmo com o ateísmo, cujas diversas expressões são cuidadosamente analisadas pelo Papa reinante na Encíclica *Ecclesiam Suam*.

Se o ecumenismo vinha sendo, em princípio, aceito desde algum tempo, por todos os cristãos, dentro da Igreja Católica a "idéia ecumênica" sofreu uma longa evolução até atingir, por assim dizer, a cristalização com o reconhecimento da existência de um interlocutor válido. Este é ponto de suma importância não só para o ecumenismo em si, no sentido da unidade dos cristãos, como pelo interesse que despertou no mundo internacional, por equivaler neste ao reconhecimento de personalidade jurídica à outra parte numa controvérsia. Foi êsse, sem dúvida, o primeiro passo no trajeto da projeção do Concílio do domínio espiritual para o plano temporal e internacional.

Para o Secretariado para a Unidade, os irmãos separados não eram mais as ovelhas desgarradas que cumpria recuperar de um modo ou de outro: passaram a ser *irmãos*, na plena acepção da palavra, irmãos que crêem no mesmo Cristo, que pelo batismo têm a mesma marca de pertencer ao Corpo de Cristo, e formam comunidades que, em graus diferentes, apresentam elementos autênticos da Igreja. Com essa maneira de encarar a Verdade, o diálogo ecumênico deixou de ser dogmático para se encaminhar por um processo de dialogar, de penetrar profundamente na fé, de se deixarem interrogar uns pelos outros, de compreender e discernir a verdade das respectivas posições. Mas essa atitude exige, de uma parte e de outra, verdadeira conversão de espírito, uma prática da caridade que só o amor ao Cristo pode inspirar e — o que é maior — uma nova apreensão da própria verdade contida na doutrina. Foi o que, com profunda humildade, a Igreja Católica empreendeu: um sincero diálogo consigo mesma, um diálogo do nível da fé, através do qual haveria de atingir o que PAULO VI chamou "uma consciência da Igreja". É o sentido da mensagem contida no discurso inaugural da segunda sessão do Concílio, no qual, depois de negar que suas palavras signifiquem que a Igreja Católica possa ser acusada de infidelidade substancial ao pensamento do seu divino fundador, o Papa acrescenta: "Se al-

guma culpa se Nos pode atribuir pela separação, também Nós pedimos perdão a Deus humildemente, e rogamos também que Nos desculpem os Irmãos que por Nós se sintam ofendidos”.

Este é um ponto essencial para a boa compreensão de como a Igreja pôde levar a têrmo a tríplice tarefa que tinha impôsto ao Concílio: renovação interna, no domínio das estruturas, da vida moral e espiritual e das próprias formulações doutrinárias; restauração da unidade cristã através de um diálogo amplo com as comunidades separadas e, finalmente, uma penetração em profundidade da vocação profética e apostólica da Igreja, por meio de um diálogo com o mundo moderno. Êsses objetivos, que não se podem separar, o Concílio os atingiu por um longo processo de auto-exame, de reformulação, de retôrno à simplicidade primitiva, por não mais serem necessários os elementos com que a Contra-Reforma havia aparelhado a Igreja, permitindo-lhe, assim, mostrar-se, enfim, nos seus três aspectos — a Igreja Divina, a missionária e a humana, que é a que anda em busca da humanidade, a que fala à humanidade, a que a sustenta em tudo o que tem de melhor, de mais belo e de mais santo.



Haveis de perguntar a razão de tamanha ênfase no diálogo ecumênico, no corpo de um trabalho cujo tema é “o Concílio visto por um diplomata no Vaticano”, quando o que deveria naturalmente ocorrer ao espírito do diplomata seria a projeção do Concílio no campo internacional.

A razão da insistência está justamente em me parecer o diálogo ecumênico o meio de que se valeu a Igreja, através do Concílio, para, uma vez renovada, lançar-se no processo de recuperar a antiga unidade, e poder, assim, desempenhar plenamente a sua missão divina e humana de universalidade, levando a paz do Cristo aos homens do mundo inteiro.

Não é a Igreja romana católica, por sua própria definição, universal? E, tal como se apresenta hoje, a vida internacional não é uma aspiração contínua à união, à colaboração entre as Nações, à concórdia universal, à unidade e à

paz? Também esta é uma aspiração católica, isto é, universal, que a Igreja torna permanente realidade não só no nível religioso como também no concreto e humano.

Não é, pois, de admirar que o Concílio Vaticano II tenha atingido importância de dimensões universais, dada sua projeção internacional fora da Igreja Católica, não tanto por si mesmo, como pelos reflexos na sociedade temporal.

Várias causas se podem atribuir ao enorme interesse despertado pelo Concílio, das quais a menor não foi, por certo, a angústia dos povos em busca de uma disciplina, senão religiosa, pelo menos moral, depois de frustradas experiências de doutrinas filosóficas e soluções econômico-sociais fundadas em bases estritamente materialistas. Ora, a Igreja Católica, renovada pelas últimas Encíclicas e, sobretudo, pelo Concílio, dá, como a sociedade temporal aspira a dar, a todos os indivíduos indistintamente, uma igualdade de direitos, um nível de liberdade e dignidade, que se poderia resumir num reconhecimento da personalidade humana.

O interesse pelo Vaticano II refletiu, portanto, a reação favorável e universal à abertura religiosa de Roma, que se vinha processando desde o fim do século passado, mas que só se completou, através do Concílio, pelos esforços conjugados de JOÃO XXIII e de PAULO VI. A Igreja evoluiu no sentido de tornar mais real e perfeita sua missão universal, desde que passou a considerar como irmãos, sem restrições, os que dela se haviam destacado; e este alargar de horizontes religiosos coincidiu com a retomada do papel internacional que exercera de forma suprema nos primeiros tempos do poder temporal e que praticamente cessara ao perdê-lo. A Igreja voltava, assim, à sua vocação internacional de mediadora em favor da paz, aos tempos em que pregava a concórdia entre a cristandade — vasta família espalhada pelo mundo e sujeita ao mesmo chefe, o Papa — e instituíra a “paz do Senhor” e a “Trégua de Deus”.

São conhecidas as preocupações de LEÃO XIII e seu apêlo em favor da paz na Encíclica *Praeclara gratulationis*, considerada, como acentuei há pouco, uma evolução nas relações com as várias confissões cristãs. A mesma coincidência

no tempo se pode notar entre a suavização no modo de considerar os irmãos separados e as iniciativas, declarações e apelos de PIO X, BENTO XV, PIO XI e PIO XII, visando a atender às aspirações dos povos e corresponder aos anseios universais de paz. Diminuídas as barreiras, preparava-se o campo espiritual e religioso para o aparecimento do ecumenismo que, com a eclosão no Concílio, viria permitir à Igreja Católica realizar-se plenamente no tempo e no espaço e cumprir a missão de paz que lhe fôra confiada por Cristo.

Concílio que se apresentava pastoral, o foi também doutrinário, de importância histórica pelas Constituições dogmáticas, Decretos e definições; Concílio de unidade, por haver programado uma obra de aperfeiçoamento e revigoração dentro da própria Igreja, revelou-se também e, sobretudo, o Concílio de união, união não só entre cristãos, como entre êstes e os não-cristãos e os não-crentes; união total, universal, a se projetar no plano temporal.

Dentro da projeção e da extensão das fronteiras temporais da Igreja atualizada, não seria justo deixar de mencionar seus esforços para a elevação do nível social, religioso e educacional das populações dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento na Ásia, África e, talvez, em maior escala, a América Latina. É êste um dos aspectos da atividade missionária, no campo social, da Igreja moderna.

Como se expressou PIO XII, na Mensagem aos católicos americanos de novembro de 1946, "o espírito missionário e o espírito católico constituem uma só coisa. A catolicidade é de tal maneira uma nota essencial da verdadeira Igreja, que um cristão não se liga e dedica à Igreja, se não estiver igualmente ligado e dedicado à sua universalidade, pelo desejo de estabelecê-la e de fazê-la florescer em todos os cantos da terra". Com essa predisposição básica, não foi difícil ao Concílio fazer com que tôda a Igreja tomasse consciência de que a obra missionária está apenas no início, e que era mister ligar, reunir novos métodos e modos de apostolado missionário às suas origens cristãs, pondo em evidência as relações entre o Povo de Deus e a pregação evangélica.

Ao exercício dessa missão intrínseca da Igreja não foram estranhas as decorrências de ordem social no âmbito da política internacional, por isso que, ao levar aos povos primitivos a boa nova do Cristo, os missionários catequistas levam também a civilização e a capacidade de escolha consciente entre a democracia, com os recursos espirituais, e o materialismo ateu que os espreita e os atrai com promessas falaciosas.

"Que a Igreja seja tãda ela missionária; que também cada fiel — na medida do possível — se torne missionário, no espírito e na prática", exclamou PAULO VI no início do exame do esquema na Aula Conciliar na Basílica de São Pedro. Sendo as missões o dinamismo inerente à própria Igreja, que está sempre em "estado de missão", era natural que os Padres Conciliares devotassem enorme atenção à atividade missionária, exercício essencial da missão universal da Igreja de divulgar o Evangelho; mas, com o intuito de evitar falsas interpretações do espírito ecumênico e da noção de liberdade religiosa, ficou bem claro, durante o Concílio, que a salvação dos homens só se atinge através do ministério da Igreja, continuadora da missão do Cristo.

*

Seria difícil a um observador leigo delimitar com exatidão tanto a influência do Papa na orientação do Concílio como a marca que êste possa imprimir ao curso do Pontificado. Esta reflexão me veio à mente ao deter-me no exame da obra da Igreja missionária atualizada e na inovação, introduzida por PAULO VI durante o Concílio, de sair de Roma para viajar com escopo pastoral e missionário.

Dentro do espírito que o presidiu, nenhum outro acontecimento logrou maior repercussão internacional que a peregrinação a Jerusalém, a viagem a Bombaim e a visita à sede das Nações Unidas.

A peregrinação à Terra Santa teve um significado espiritualmente místico e ecumênico, ao mesmo tempo que representou um símbolo de que Roma renunciava a imobilidade aparente de centro da cristandade para dilatar seus horizon-

tes religiosos num sentido pleno de universalismo. Indo à terra onde JESUS nasceu, viveu, exerceu seu apostolado e foi crucificado, o Papa como que foi buscar as origens do Cristianismo novas forças com que remodelar a Igreja do Cristo.

A viagem a Bombaim, essencialmente missionária, indicou, num outro plano, o desejo da Igreja de sair dos limites cristãos do Ocidente e levar a solicitude do Chefe da Igreja de Roma, tanto às grandes multidões que sofrem de miséria e de fome, quanto à humanidade em geral ameaçada pela guerra, como o provou o apêlo patético em favor da paz.

Com a visita às Nações Unidas, PAULO VI aumenta progressivamente o círculo das preocupações da Igreja romana, por isso que incita todos os povos da Terra, cristãos e não-cristãos, a considerarem a manutenção da paz internacional o problema primordial do nosso tempo. Com essa visita, a Igreja avança adiante das idéias do século e reassume o papel internacional que exercera de forma absoluta nos primeiros tempos do poder temporal. Visando unicamente ao bem comum da humanidade, que só se pode atingir através da paz internacional e da justiça social PAULO VI, ao levar às Nações Unidas sua grande Mensagem de fraternidade, projeta no plano temporal e internacional o ecumenismo que Sua Igreja estava processando em Roma no Concílio, isto é, a união integral, na paz, de todos os povos e de todos os homens, segundo a mensagem de boa-vontade pregada por Cristo.

Não fôsse a despersonalização secular da Igreja no fim do século XIX, o Papa certamente não teria podido falar ao mundo da tribuna das Nações Unidas em têrmos tão elevados mas, ao mesmo tempo, tão marcados de humilde grandeza, de que nenhuma intenção possuía e competir com os que o ouviam. Ali viera, a bem dizer, movido por pensamentos de fraternidade, de caridade, de amor e de humildade. E, abrindo os braços ao mundo para encerrá-lo num abraço, interpretou perante a soberania dos Estados a voz dos povos e a voz dos homens a invocar um só bem: a Paz.

Na base da Encíclica *Pacem in Terris*, primeiro documento em que um Papa se refere expressamente à missão

pacificadora das Nações Unidas, já estava contida em germe a idéia de viagem, "épilogo de uma laboriosa peregrinação, à busca de um colóquio com o mundo inteiro". Não sem razão foi a Assembléia-Geral escolhida para meta dêsse encontro. Se, de um lado, a Igreja está em vias de se renovar a fim de melhor cumprir a sua missão universal, as Nações Unidas, de outro lado, são o fóro mais indicado para a fusão das idéias com que se há de forjar o Mundo do futuro.

Já se escreveu que o Concílio e a ONU são a versão democrática moderna do Papa e do Imperador. "Ponte entre os povos", têm as Nações Unidas afinidades, elos sutis com o Concílio Ecumênico: são ambos assembléias de representantes do mundo inteiro, que falam línguas diferentes, trazem experiências de civilizações diversas e se unem pelo objetivo comum da paz entre os homens e entre as Nações. Foi de certo para acentuar êsses pontos de contato que, comparecendo à Assembléia-Geral, PAULO VI, representante da Igreja de Cristo, sucessor de PEDRO na Cátedra de Roma, timbrou em acentuar a representação do Concílio na pessoa de Cardeais dos cinco Continentes.

O discurso do Papa — ponto culminante da peregrinação — só pode entrar na História em tôda a plenitude do seu alcance político se interpretado e enquadrado no amplo contexto do Concílio Ecumênico Vaticano II, de que é uma peça e de cujas preocupações e objetivos constitui uma síntese.

Transpondo o ecumenismo da ordem espiritual para a temporal, PAULO VI fala a todos os povos através da maior Assembléia das Nações do mundo e apela para a consciência universal com o fim de salvaguardar os "direitos e deveres fundamentais do Homem, a dignidade, a liberdade e, antes de tudo, a liberdade religiosa", visando a assegurar o respeito da vida humana, que é sagrada. Com êsse gesto e despidendo-se de quaisquer pompas terrestres, o Papa cresceu perante o mundo e, na Sua pessoa, fortaleceu os alicerces da Igreja de Roma, dando-lhe dimensões temporais universais, Êle que "não dispõe senão de uma minúscula e quase simbólica soberania temporal", mas, por isso mesmo, possui o

“mínimo necessário para ser livre de exercer sua missão espiritual”.

É possível que antes de decidir empreender a viagem à ONU, PAULO VI tenha meditado que, se a Igreja se deve manter à margem de dissídios políticos internacionais secundários, não pode conservar-se em silêncio quando se trata de problemas essenciais à manutenção do equilíbrio e da paz entre as Nações. Na decisão deve também ter pesado o fator positivo do atual prestígio internacional da Igreja, bem diferente do tempo em que a recusa a BENTO XV impediu a Santa Sé de participar da Sociedade das Nações. Ademais, se uma guerra generalizada não ameaça hoje a humanidade, não obstante os conflitos armados circunscritos a zonas, o Papa tem plena consciência de que o conceito de paz, infelizmente, não deitou ainda raízes bastante profundas na consciência universal, apesar do horror que a guerra lhe possa hoje inspirar. Mas a verdade é que o nacionalismo exagerado, a corrida armamentista, a proliferação das armas atômicas, entre outras causas, não são de molde a assegurar um período prolongado de paz ao mundo futuro. É que a paz que falta à humanidade não é aquela que se pode definir como ausência de guerra, mas a paz em tôda a sua plenitude, a paz entre as Nações, paz entre os homens, paz interior, com direitos e deveres para cada Estado e cada indivíduo, não somente em relação aos seus semelhantes, senão também a si mesmo, segundo o conceito de SANTO AGOSTINHO, reafirmado por JOÃO XXIII na Encíclica *Pacem in Terris*.

Pondo-Se a caminho das Nações Unidas, PAULO VI fêz-Se peregrino e mensageiro dessa paz — entre os homens e entre os Estados, sem distinção alguma. Colocou, assim, a Igreja de Cristo na vanguarda de qualquer movimento que em qualquer tempo seja lançado não só para assegurar a paz como para evitar a guerra.

Penhor da missão positiva de conciliação da Igreja, o Papa, com a visita à Assembléia-Geral, deu um sentido mais concreto à nova realidade das relações entre a Igreja e os poderes políticos de nosso tempo e, com isso, formou uma realidade também nova do valor dos ensinamentos da Igre-

ja em beneficio do progresso espiritual e material da humanidade.

Nas Nações Unidas, PAULO VI preparou o mundo para receber os resultados dos trabalhos do Concílio Ecumênico Vaticano II, que se haveriam de encerrar dois meses depois.

A 8 de dezembro encerrou-se o Concílio Ecumênico Vaticano II, na presença do Sacro Colégio, Bispos, observadores leigos, de representantes de 81 Governos e de nove Organismos internacionais, assim como de grande massa de povo. Seria impróprio dizer-se que o Concílio terminou, quando, na realidade, apenas começou depois da sua conclusão formal. Como afirmou PAULO VI "o Concílio não é um acontecimento efêmero e passageiro, como tantos outros o são na crônica da Igreja e do Mundo: é um acontecimento que prolonga os seus efeitos muito além do período da sua efetiva celebração".

Poucos dias antes, uma sessão de despedida dos observadores leigos em São Paulo Fora-dos-Muros e o levantamento solene das excomunhões recíprocas de 1054, por parte de Roma e Constantinopla, tinham selado a importância do movimento ecumênico da grande Assembléia.

Concomitantemente prossegue a ação diplomática de PAULO VI em benefício da paz, apenas esboçada na crise da República Dominicana e logo ampliada da tribuna das Nações Unidas. A trégua de Natal no Vietname, que o Mundo bem desejaria fôsse um prenúncio de paz, não é senão o resultado dos seus esforços e conciliação — Espírito do Concílio e marca do Pontificado.

Os apelos políticos aos quatro dirigentes de Moscou, Pequim, Saigon e Hanoi são, sem dúvida, os primeiros documentos internacionais cujo lançamento só foi possível graças ao espírito ecumênico da Igreja.

Em começos de novembro, PAULO VI salientou que "o fim do Concílio deve ser o princípio daquele renascer cristão a que se destina. Um novo período começa com o encerramento do Concílio: é preciso que o povo de Deus desde agora esteja vigilante àquele momento". Entretanto, para que se processe realmente o renascer cristão a que alude o Papa, será indispensável que, além da Hierarquia católica

e o clero em geral, os fiéis tomem parte ativa na divulgação e na aplicação das decisões conciliares, cujo resultado será julgado, no futuro, não pela soma dos documentos escritos, mas pelo espírito que determinou a convocação do Concílio e lhe inspirou os debates.

Resta saber se à vontade do Papa e do Episcopado corresponderá um comportamento adequado por parte de cerca de quatrocentos milhões de católicos espalhados pelo Mundo. Se a mensagem evangélica, cuja atualidade foi amplamente demonstrada no esquema 13 do Concílio, fôr realmente vivida pela maioria dos católicos, o futuro da Humanidade poderá tomar rumo diverso daquele que fôra planejado pelo materialismo ateu.

O Concílio Ecumênico Vaticano II lançará uma ponte sôbre o Mundo moderno. Animando sua vida interior com o espírito do Senhor, a Igreja se diferencia e se destaca da sociedade profana que a cerca, ao mesmo tempo que se caracteriza como fermento renovador dessa mesma sociedade.

Que a palavra da Igreja seja ouvida e posta em prática para maior glória de Deus e para o Bem da Humanidade!

EM AQ — ENGENHARIA E MÁQUINAS S.A.

**ESTALEIROS DE CONSTRUÇÃO NAVAL.
ATERROS HIDRAULICOS — DRAGAGEM**

**Sede: RUA VISCONDE DE INHAMA, 134 - 19.º
TEL. 43-9696**

**Estaleiros: SACO DA ROSA — ILHA DO GOVERNADOR
ESTADO DA GUANABARA**